

APARECIDO HERNANI FERREIRA

Mestre em Direito pela PUC/SP. Doutor pela mesma instituição.
Professor de Direito Processual Penal junto à Universidade Brás Cubas.
Diretor de expansão da FIP - Faculdades Integradas Paulista;
Faculdades Integradas Torricelli e Faculdades Integradas IDEP.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Reparação por dano moral e patrimonial

EDITORA Servanda

Campinas/SP
2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F413r

Ferreira, Aparecido Hernani.

Responsabilidade do Estado: reparação por dano moral e patrimonial /
Aparecido Hernani Ferreira. Campinas, SP. Servanda Editora, 2006. 23
cm. - 480 pp.

1. Responsabilidade do Estado. 2. Dano moral.

3. Dano patrimonial. I. Título

CDD- 341.1236

347

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Dedicatória	7
Resumo	9
Abstract	10
Apresentação	13

Capítulo I

O SURGIMENTO DA SOCIEDADE E A FORMAÇÃO DO ESTADO 23

1. Introdução	23
1.1. Antigo testamento	24
1.1.1. Livros históricos	24
1.1.2. Livros de leis	25
1.1.3. Livros poéticos	25
1.1.4. Livros proféticos	25
1.1.5. Síntese panorâmica do Antigo Testamento	26
1.1.6. Os Cinco Livros	26
1.1.7. Os livros históricos	26
1.1.8. Livros de poesias	28
1.1.9. Livros dos Profetas	29
1.2. Novo Testamento	32
1.2.1. Relatos históricos acerca de Jesus	32
1.2.2. Relatos históricos acerca da igreja	33
1.2.3. Livros de ensinamentos	33
1.2.4. Livros de profecias	33
1.2.5. Síntese panorâmica do Novo Testamento	33
1.2.6. As cartas	34
1.2.7. As cartas de Paulo	35
1.2.8. Outras cartas	36
1.3. Evolução da natureza e da sociedade - Babilônia à Assíria	38
1.3.1. Egito Antigo: Império e civilização	42
1.4. Formação do Estado	55

Capítulo II

ESTRUTURA ATUAL DO ESTADO FEDERAL BRASILEIRO 61

2. Introdução	62
2.1. Distrito Federal	63
2.2. Municípios	64
2.2.1. Autonomia dos Municípios	67
2.2.2. Assuntos de interesse local	69

2.2.3. Criação de Municípios	70
2.3. Poder Legislativo	72
2.3.1. Tribunal de Contas	73
2.4. Poder Executivo	75
2.5. Poder Judiciário	76
2.5.1 A Estrutura do Poder Judiciário	77
2.6. Funções Essenciais à justiça	82
 Capítulo III	
PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	83
 3. Introdução	83
3.1. Princípio da legalidade	86
3.2. Princípio da impessoalidade	89
3.3. Princípio da moralidade administrativa	90
3.4. Princípio da publicidade	94
3.5. Princípio da eficiência	94
3.6. Princípio da preponderância do interesse público sobre o particular	95
3.7. Princípio da indisponibilidade do interesse público	96
3.8. Princípio da proporcionalidade	97
3.9. Princípio da continuidade	97
3.10. Princípio da autotutela administrativa	98
3.11. Princípio da presunção de legalidade e veracidade	98
3.12. Princípio da auto-executoriedade	99
3.13. Princípio da licitação	99
3.14. Princípio da responsabilidade da Administração Pública	100
 Capítulo IV	
A ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O PROMOTOR DE JUSTIÇA COMO AGENTE POLÍTICO	103
 4.1. Origem do Ministério Público	103
4.2. A Instituição no Brasil	104
4.3. Breve histórico sobre o Ministério Público do Trabalho	106
4.4. Destaque Social do Ministério Público no Brasil e no Mundo	108
4.5. O Ministério Público na Constituição de 1988	113
 Capítulo V	
MOMENTO EM QUE O ATO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA SERÁ PASSÍVEL DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL E PATRIMONIAL	117

5.1. Introdução	117
5.2. Fundamento Constitucional da Responsabilidade do Estado e seus agentes	119
5.2.1. Constituição de 1824	119
5.2.2. Constituição de 1891	119
5.2.3. Constituição de 1934	119
5.2.4. Constituição de 1937	120
5.2.5. Constituição de 1946	120
5.2.6. Constituição de 1967	120
5.2.7. Constituição de 1969	121
5.2.8. Constituição de 1988	121
5.3. Fundamentos da indenização no Código Civil	122
5.4. Fundamentos da indenização no C.D.C	124
5.5. Poderes Processuais do Ministério Público	125
5.6. Fundamentos da Responsabilidade do Promotor por culpa no CPC	127
5.7. Ação em face do agente público do Estado	129
5.8. Exclusão da responsabilidade	131
5.9. Ação de Regresso do Estado	132
5.10. Lucro cessante	133
5.11. Distinção entre lucro cessante e repercussão econômica do dano moral	134
5.12. A pessoa jurídica e o dano moral	135
5.13. O Promotor de Justiça, atuando nos autos do inquérito policial	141
5.14. Mera suspeita criminosa	142
5.15. Sustação do indiciamento	144
5.16. Crime impossível	145
5.17. Exclusão de ilicitude ou da antijuridicidade	146
5.18. Imputabilidade penal	147
5.19. Menor infrator	148
5.20. O uso do Poder e abuso de Poder pelo Promotor de Justiça	151
5.21. Constitui abuso do Promotor de Justiça	156
5.22. O Promotor de justiça e a teoria triade da responsabilidade	160
5.23. O Código de procedimentos que devem ser observados pelo MP	164
5.24. Alguns fatores de interesse público comum a favor da ação penal	169
5.25. O relacionamento entre a vítima e o interesse público	172
5.26. Jovens criminosos	172
5.27. Suspensão do processo	172
5.28. Acusações	173

Localização: 347.51:342.2(81)

F383r

Código de barras: STJ00065297

5.29. Competência	174
5.30. Confissão	174
5.31. Desarquivamento de inquérito e renovação da ação penal	174

Capítulo VI

A RESPONSABILIDADE DOS DEMAIS AGENTES POLÍTICOS 177

6.1. Introdução	178
6.2. Liberdade funcional dos agentes	178
6.3. Responsabilidade por culpa simples, grave e dolo do agente político	180
6.4. Conclusões	189
6.5. Danos às pessoas jurídicas no âmbito fiscal	190
6.6. Danos decorrentes de execução fiscal injusta	194
6.7. A responsabilidade pessoal do agente público	196
6.7.1. O Agente público	196
6.7.2. Agentes administrativos	198
6.8. O dever e a responsabilidade	199
6.9. A responsabilidade e a sanção	202
6.10. Responsabilidade do Magistrado e demais agentes	202
6.11. Responsabilidade do agente fiscal	205
6.12. As vantagens da responsabilidade pessoal	207
6.13. O efeito preventivo	208
6.14. Efeito na harmonia entre os Poderes	209
6.15. Efeito Moralizador	211
6.16. Questão da insegurança jurídica	212
6.16.1. Divisão eqüitativa	213
6.17. Padronização de comportamentos	213
6.18. Aspectos processuais	214
6.19. Ação apenas contra o Estado	217

Capítulo VII

A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO E O CONTROLE EXTERNO

	219
7.1. Reforma do Judiciário e reformas institucionais	219
7.2. Fatos e depoimentos que motivam o Controle Externo do Judiciário e demais Instituições	222
7.3. A Polícia Federal e a Operação Diamante	227
7.4. As denúncias de conexões de juizes no crime organizado	229
7.5. Mais Juizes envolvidos	232
7.6. O Delegado da Polícia Federal que comandou a Operação Diamante	233
7.7. O caso Luiz Francisco	234

Localização: 347.51:342.2(81)

F383r

Código de barras: STJ00065297

7.8. Movimento sobre Penalização contra Procuradores que fizeram denúncias infundadas	242
7.9. O Ministério Público no STF sobre a multa de R\$ 151 mil	246
7.10. Caso do juiz Nicolau dos Santos Neves	248
7.11. Presidente do TRE no combate à corrupção	250

Capítulo VIII DO DANO

253

8.1. Dano moral	255
8.1.1. Breve histórico sobre o dano moral	255
8.1.2. O dano moral debatido por Ihering e Savigny	261
8.2. Conceito de dano moral	264
8.3. Fundamentos Constitucionais	273

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO

275

9.1. Princípios históricos	276
9.2. Da irresponsabilidade do Poder Público	279
9.3. Responsabilidade civilista ou subjetiva do Estado	280
9.4. Responsabilidade Objetiva do Estado	283
9.5. Responsabilidades Extracontratuais do Estado no Brasil	286
9.6. Natureza e fundamentos da responsabilidade Extracontratual do Estado	288
9.7. Pressupostos da Responsabilidade Extracontratual do Estado	295
9.8. Elementos da responsabilidade civil	301

CONCLUSÃO

307

APÊNDICE

311

Escola Base

313

O Caso Bodega

313

O Caso dos irmãos Naves

314

JURISPRUDÊNCIAS

319

LEGISLAÇÃO

327

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. *Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a*

<i>organização do Ministério Público dos Estados, e dá outras providências</i>	329
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 (DOU DE 14/03/1979). Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional</i>	373
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2004. Reforma do Judiciário e Súmulas Vinculantes. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências	429
BIBLIOGRAFIA	459
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	467